

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 276

**As Pesquisas Francesas
sobre as Condições de
Trabalho e a Organização
do Trabalho: dos Métodos
aos Resultados**

Serge Volkoff

SETEMBRO 1992

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
é uma Fundação vinculada ao Ministério da Economia,
Fazenda e Planejamento

PRESIDENTE

Roberto Macedo

DIRETOR EXECUTIVO

Lísio Fábio de Brasil Camargo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Antônio Emílio Sendim Marques

DIRETOR DE PESQUISA

Ricardo Varsano

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Antônio Carlos da Ressurreição Xavier

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar
resultados de estudos desenvolvidos no IPEA, informando
profissionais especializados e colhendo sugestões.

Tiragem: 200 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Brasília - DF:

SBS, Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES - 10º andar

CEP 70.076

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17º andar

CEP 20.020 - Rio de Janeiro - RJ

SUMÁRIO

1. CONTEXTO E OBJETIVOS

2. AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS

3. EXEMPLOS DE PERGUNTAS,
EXEMPLOS DE RESULTADOS

4. CONCLUSÃO

ANEXO

**AS PESQUISAS FRANCESAS SOBRE AS
CONDIÇÕES DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO
DO TRABALHO: DOS MÉTODOS AOS
RESULTADOS***

SERGE VOLKOFF**

** Seminário financiado pelo Projeto BRA87/017 - PNUD*

*** Do Instituto Nacional de Estudos Estatísticos e de Estudos
Econômicos da França (INSEE)*

A produção deste volume contou com o apoio financeiro do Projeto BRA 87/017 (PNUD) e do
Programa Gerenciamento do Setor Público - GESEP/BIRD.

SINOPSE

A primeira pesquisa nacional sobre as condições de trabalho na França foi realizada em outubro de 1978. Duas outras — muito próximas da primeira em termos de concepção e de conteúdo — foram realizadas em março de 1984 e em março de 1991. Nesse meio tempo — em março de 1987 — realizou-se uma pesquisa, concebida com base nos mesmos princípios, a respeito das técnicas e da organização do trabalho (essa pesquisa deverá ser repetida em 1993). As operações, os objetivos, as principais opções metodológicas que orientaram a realização dessas pesquisas, bem como os tipos de resultados obtidos, são apresentados nas páginas seguintes, no intuito de enriquecer a reflexão acerca da eventual montagem de pesquisas análogas no Brasil.

1. Contexto e Objetivos

O período 1970/1975 na França pode ser considerado como a "idade do ouro" para as preocupações em matéria de condições do trabalho.

Uma parcela significativa do patronato francês começou, nessa época, a enfatizar a necessidade de se "fazer avançar", de se modernizar as relações sociais nas empresas, e de se buscar modos de organização do trabalho que pudessem superar o parcelamento das tarefas e a estrita separação entre concepção e execução.

Do lado dos trabalhadores, atravessava-se o período imediatamente posterior aos grandes movimentos sociais de maio e junho de 1968, que haviam contribuído para dar força aos principais temas reivindicativos. Foi durante estes anos que ocorreram as greves de massa dos operários não-qualificados da Renault, sobre temas tais como a "dignidade" e o questionamento do trabalho em linhas de montagem, ou o conflito deflagrado pelos operários da usina da Penaroya em Lyon contra a exposição ao chumbo durante o trabalho. Poderia, ainda, citar a longa ocupação das fábricas de relógios Lip, cujo objetivo primeiro era a luta contra o fechamento da empresa, mas que refletia, também, a vontade dos trabalhadores de conquistarem o controle sobre suas vidas de trabalho (eles mesmos fabricando e vendendo os relógios).

No plano político, o início dos anos 70 foi marcado pela proeminência de um *Gaullisme* (corrente política que reunia os partidários do Gen. De Gaulle) reformador, representado pelo governo de Jacques Chaban-Delmas e sua temática de "nova sociedade", que não podia deixar de lado a necessidade de modificar as condições e as relações de trabalho.

Esta evolução do debate social e político teve suas conseqüências no plano institucional. Uma lei de dezembro de 1973 fixou uma estrutura de negociações sobre as condições de trabalho, em particular, através da criação de comissões (paritárias) para a Melhoria das Condições de Trabalho, em empresas de mais de 300 empregados. Também nesta época, foi fundada a Agência Nacional pela melhoria das Condições de Trabalho (ANACT), sob a tutela do Ministério do Trabalho, mas com um Conselho de Administração composto por representantes dos trabalhadores e dos patrões; o objetivo desta Agência era (e ainda é) o de promover e divulgar as experiências-piloto de transformação do trabalho em certas empresas.

Outras conseqüências institucionais ainda nesta época: a criação (efêmera), em 1974, de uma "Secretaria de Estado para a Revalorização do Trabalho Manual"; a adoção de um programa de ação prioritária sobre as condições de trabalho no âmbito do VII Plano Quinquenal (1975-1980); um acordo geral entre o patronato e certas confederações sindicais em 1975, etc.

Nesse contexto, o Conselho Nacional da Estatística, instituição na qual estão representados os organismos públicos produtores de estatísticas e os interlocutores sociais, decidiu promover a montagem de um sistema de estatísticas sobre as condições de trabalho: e foi encarregado, em 1976, da realização deste sistema. A pesquisa de 1978 foi a primeira operação implementada neste quadro.

Vê-se, portanto, que essa pesquisa responde a uma ampla preocupação: conhecer melhor a realidade das condições de trabalho na França, adquirir capacidade de avaliar sua evolução e, dessa maneira, trazer esclarecimentos para orientar as decisões dos possíveis agentes: poderes públicos, atores sociais, executantes de empresas. Esta interrogação de conjunto envolve evidentemente questões mais precisas, diversas, segundo as prioridades dos diferentes atores e variáveis com o tempo.

Por exemplo, a evolução da duração do trabalho (queda rápida no período 1970-1977, seguida de uma estabilização; depois, diminuição de uma hora no começo de 1982) e das modalidades de horários (com novos desenvolvimentos do trabalho noturno de alguns anos para cá) justificavam uma avaliação dos aspectos concretos do tempo de trabalho na vida dos trabalhadores assalariados. Outro exemplo: certas disposições legislativas decididas pelo governo de esquerda, desde que chegou ao poder, em 1981 (Leis *Auroux* de 1982, instaurando notadamente o direito de expressão coletiva sobre

as condições de trabalho, e a ampliação dos comitês de Higiene, Segurança e Condições de Trabalho nas empresas), reforçavam o interesse de se acompanhar a evolução, no plano nacional, das principais imposições ou aspectos nocivos do trabalho.

Ainda um exemplo, os debates em torno do "fim do modelo taylorista", ligados com freqüência à modernização do aparelho produtivo (com a "modernização negociada" promovida pelo poder público) tornam útil uma interrogação acerca das pressões de cadência, ou, como foi o caso específico da pesquisa de 1987, sobre a tecnologia e a organização do trabalho.

Todavia, ao mesmo tempo em que tentava responder a questões de atualidade, a pesquisa sempre teve por objetivo apreender as permanências ou as evoluções a longo prazo. Uma das conseqüências desse trabalho foi, portanto, a de considerar relativos, às vezes, certos julgamentos talvez um pouco apressados, formulados no debate social, em matéria de transformação do trabalho.

2. As Escolhas Metodológicas Básicas

2.1. Seria realmente necessário produzir dados quantitativos sobre as condições de trabalho? Com muita freqüência, a necessidade de produzir informação quantitativa homogênea em todas as áreas da vida econômica e social é considerada como uma evidência, tanto pelos próprios estatísticos quanto pela maior parte dos serviços administrativos, representantes de organizações profissionais e sindicais, e mesmo por pesquisadores especializados predominantemente nas dimensões "qualitativas".

Na época em que eram realizadas as investigações de campo da primeira pesquisa nacional sobre as condições de trabalho, nós evocávamos o requisito, perfeitamente plausível, que se poderia pronunciar contra todo projeto de quantificação global das condições de trabalho: "... a realidade da vida de trabalho é complexa; cada posto de trabalho constitui um caso específico que não se pode tratar como a soma de algumas imposições mensuráveis; uma parcela considerável da vida de trabalho reside justamente naquilo que não pode ser quantificado — e, menos ainda, homogeneizado — de um posto de trabalho a outro; querer, a qualquer preço, produzir dados quantitativos, querer, sobretudo, constituir uma bateria de indicadores neste campo, representa um desafio insustentável e inútil." Insustentável, pois logo se constata o enorme abismo que separa a realidade das condições de trabalho, dos indicadores através dos quais se deseja captá-la. Inútil, posto que, nem o poder público, nem os dirigentes de empresas têm verdadeiramente necessidade de números para saber que existem modificações consideráveis a serem introduzidas nas condições de trabalho, se se deseja combater os aspectos nocivos que os empregados e operários conhecem muito bem, mesmo sem tê-los medido.

Tal análise, de certo bastante pessimista, é, no entanto, perfeitamente defensável; mas não é muito operacional. Com efeito, de acordo com as regras atuais da informação social, os fenômenos sobre os quais não se fornece nenhum dado quantitativo acabam, freqüentemente, sendo considerados como "secundários" ou avaliados de forma demasiadamente aproximativa. Por isto é que se subestima, às vezes, o interesse de pesquisas monográficas — por suas conclusões serem consideradas como "marginais".

Assim é que as reflexões parecem se polarizar em torno dos temas de atualidade — por exemplo: o enriquecimento das tarefas, o reordenamento do tempo de trabalho — colocando implicitamente a hipótese de que as grandes características tradicionais das tarefas industriais (o caráter fisicamente árduo — penosidade —, a repetitividade, as longas jornadas de trabalho) desapareceram aos poucos do mundo do trabalho, com a ajuda da automação. Ou ainda, é desta forma que se supõe que as situações concretas nos postos de trabalho estão rigorosamente reguladas pelo conjunto das disposições legais ou convencionais referentes às condições de trabalho — quando, na realidade, por meio de diversas derrogações, adaptações, interpretações, os atores sociais constroem uma realidade muitas vezes imprevisível.

No tocante a problemas desta espécie, a estatística, longe de esvaziar os debates ao acenar com alguns números definitivos, pode, pelo contrário, enriquecê-los. A estatística pode contribuir para uma

sensibilização no que concerne a tais questões, e, ao mesmo tempo, permitir um confronto crítico com outros enfoques (jurídicos, monográficos, experimentais...), o que supõe que devamos a todo custo evitar de se atribuir aos dados quantitativos uma reputação de autoridade: trata-se de uma avaliação dentre outras, e a modéstia de seus objetivos deve aparecer claramente, não só em algumas ressalvas metodológicas habituais, mas, sobretudo na própria produção dos resultados.

2.2. É por esta razão, primordialmente, que a idéia de uma estatística nacional através de observação direta (dos postos de trabalho), com base por exemplo em *Grilles de cotation* (tabelas constituindo barômetros das dificuldades e exigências do trabalho em diferentes domínios), não foi finalmente colocada em execução. O grande risco, de fato, consiste em atribuir a uma tal estatística todas as aparências da perfeita objetividade, quando bem se sabe que, em todas as medições feitas, a margem de avaliação é considerável. Os ergonomistas, os fisiólogos do trabalho, explicam muito bem que uma série de medições sobre um posto de trabalho só tem sentido se estiver associada de imediato a uma descrição completa, detalhada, das tarefas efetuadas. A própria escolha das medições a serem feitas requer uma longa observação do trabalhador durante a execução de seu trabalho. Ora, em estatística, a *démarche* é evidentemente a inversa: estabelece-se um quadro de questões *a priori*, tentando adaptá-lo à grande variedade das situações de trabalho. Assim sendo, admitindo-se até mesmo que as medições realizadas tenham alguma significação para cada posto de trabalho, como seria possível agregar, numa mesma tabela, os decibéis de uma turbina de avião e os da voz do contramestre, o número de folhas a serem datilografadas numa jornada de trabalho e o número de potes de mostarda produzidos por minuto, a carga mental de uma tarefa de vigilância-controle numa máquina e a de um trabalho de manutenção?

Supondo-se, entretanto, que tal quadro possa ter sido construído. Supondo-se também que tenha sido possível resolver os problemas materiais — consideráveis — colocados pela confecção de uma estatística nacional a partir de gradas de análise: a formação/treinamento e a intervenção de pesquisadores altamente especializados, em grande número, que deveriam passar várias horas (senão vários dias) observando cada posto de trabalho — esta operação deveria ser repetida em milhares de postos representativos do conjunto dos trabalhos efetuados na França. Supondo-se, finalmente, que a publicação dos resultados obtidos deste modo fosse acompanhada de uma importante reflexão metodológica concitando o leitor à prudência no manuseio destes dados. O que iria ocorrer? Os utilizadores de tais resultados, os serviços administrativos, os atores sociais, os meios de comunicação reteriam os números e esqueceriam as ressalvas metodológicas — trata-se de um reflexo bastante natural ou, em todo caso, muito habitual. O elevado padrão técnico dos pesquisadores, a grande sofisticação das medições efetuadas, contribuiriam para dar — erroneamente — aos resultados um caráter irrefutável. Esta situação que domina o enfoque estatístico seria reforçada por questões de opção orçamentária: a confecção de uma estatística detalhada e homogênea através de observação de posto de trabalho seria uma operação muito onerosa, que seria feita, muito provavelmente, em detrimento do financiamento pelo Estado de um grande número de pesquisas não quantitativas.

2.3. Nestas condições, era legítimo considerar, de preferência, a realização de uma pesquisa global junto aos próprios trabalhadores. Tal escolha implicava uma outra: a de fazer as entrevistas no domicílio dos trabalhadores. Com efeito, não seria muito realista tentar conseguir que um grande número de patrões, escolhidos por sorteio, aceitassem que os pesquisadores de campo fossem interrogar longamente alguns de seus empregados, dentro dos escritórios ou das fábricas. Além do mais, é provável que certos trabalhadores sentiriam, neste contexto, dificuldades para exprimir com sinceridade suas opiniões sobre as características de seus postos de trabalho. Enfim, a necessidade de diversificar as empresas poderia tornar tal operação bastante dispendiosa.

"Mas nesta modalidade de pesquisa no domicílio dos assalariados, enfrenta-se uma nova dificuldade; como evitar, ou pelo menos limitar, os inconvenientes decorrentes de uma *démarche* do tipo "pesquisa de opinião", ou "pesquisa de satisfação?" Tais inconvenientes já foram descritos muitas vezes: a pesquisa de opinião reflete, pelo menos, tanto a atitude do entrevistado quanto a situação do trabalho em si mesma. As respostas referem-se, portanto, tanto às condições de trabalho "tal como elas são",

quanto à capacidade de adaptação do trabalhador, seu gosto pela crítica ou pela conciliação, suas "expectativas" em matéria de trabalho (em relação à sua educação, sua formação, sua idade, etc.) e, de uma maneira mais geral, à avaliação global, difusa, e mais ou menos favorável, que o assalariado possui a respeito de sua vida de trabalho — avaliação esta que pode variar consideravelmente, por exemplo, segundo o dia e a hora da entrevista, a presença eventual de outros membros da família, a atitude do entrevistador, etc.

Além do mais, um grande número de pesquisadores assinalam, com razão, que um trabalhador não conhece necessariamente todas as situações nocivas às quais seu trabalho o expõe, e que ele pode perfeitamente subestimar as conseqüências nefastas que tais situações podem ter sobre a sua saúde.

Os princípios metodológicos adotados nas pesquisas visaram, portanto, superar ou contornar, tanto quanto possível, estes diversos obstáculos.

Deste ponto de vista, o fato de realizar as pesquisas sobre as condições ou a organização do trabalho como complemento às pesquisas anuais sobre o emprego do INSEE (Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos) proporcionava inúmeras vantagens.

Em primeiro lugar, tal fato representava uma garantia de qualidade no tocante aos procedimentos de amostragem colocados em prática pelo INSEE há longos anos, e de construir assim uma amostra representativa do conjunto da população assalariada no nível nacional. Isto permitia também dispor de informações básicas (idade, sexo, profissão, setor de atividade, ...) necessárias para uma boa interpretação dos dados. Isto significava igualmente a garantia de um trabalho cuidadoso da parte dos pesquisadores — na maior parte, habituados há muito tempo a aplicar a pesquisa sobre o emprego — e de uma relação de confiança com os entrevistados, graças à boa opinião que estes têm, em geral, do INSEE, por sua seriedade e discrição. Além do mais, no sistema de pesquisas complementares, o custo por questionário aplicado não é grande, o que permitiu recoiher um número elevado deles (20 mil em cada pesquisa, sendo esta amostra, como já foi assinalado, representativa da população dos trabalhadores assalariados da França, incluindo os assalariados da agricultura e os funcionários do Estado).

2.4. Restava — e tratava-se, aliás, da questão mais delicada — elaborar um questionário que permitisse uma boa descrição das condições de trabalho, limitando, ao mesmo tempo, o aspecto "pesquisa de opinião". Veremos a seguir, por meio de diversos exemplos, quais opções foram feitas na formulação das questões. Cabe, entretanto, apresentar, desde logo, alguns princípios gerais adotados:

- nas pesquisas sobre as condições de trabalho (1978, 84 e 91), a metade do questionário foi consagrada ao problema do tempo de trabalho, sob todos os seus aspectos: honorários, trabalho noturno e em finais de semana, paradas, controles de horários, tempos de transporte, duração e local das refeições, etc. Para a maior parte dessas questões, a margem de avaliação da parte do entrevistado é bastante reduzida, e as respostas refletem, com bastante precisão, a realidade;
- na pesquisa sobre as técnicas e a organização de trabalho (1987), uma grande parte do questionário se refere às máquinas ou equipamentos "modernos" utilizados: comando numérico, computador, tratamento de texto, etc. Ai, também, pode-se esperar respostas "factuais" e objetivas", na hipótese de que o entrevistador tenha fornecido explicações suficientemente claras;
- no tocante a certos temas, ao invés de se propor uma medida única, buscou-se acumular as perguntas, a fim de se apreender a mesma realidade sob diferentes aspectos, passíveis de justaposição ou superposição. Por exemplo sobre a questão da imposição de cadência, perguntou-se ao trabalhador se ele trabalhava em linha de montagem — de acordo com a definição rigorosa utilizada nas pesquisas do Ministério do Trabalho: Em seguida, procurou-se saber quais eram os determinantes de seu ritmo de trabalho;
- para todas as questões relativas à carga física de trabalho, a referência a níveis quantitativos

(graus de temperatura, decibéis, peso dos objetos a carregar, taxa de concentração de tóxicos, tempos de ciclo, etc.) foi deliberadamente evitada. Sabe-se que a maior parte dos trabalhadores não dispõe de tais informações. Além disso, cada um desses níveis tem pouca significação por si só, caso não seja levada em conta a situação de trabalho em toda a sua complexidade.

Faltava ainda, uma vez elaborada uma lista de questões confiáveis (não muito numerosas, para limitar a duração da entrevista), proceder a uma opção importante: se deveria — sim ou não — escolher, para certas questões populações-alvo, graças a um sistema de "filtros" que permitissem adaptar as questões no caso de se estar dirigindo a um operário, ou a um empregado, ou a um executivo? Optou-se, numa primeira fase, por não se recorrer à utilização de tais filtros, submetendo-se todas as questões a todo mundo.

É certo que isto acarretava, por vezes, uma perda de tempo e colocava o entrevistador em situações embaraçosas, quando ele devia perguntar a um diretor da empresa se ele trabalhava numa linha de montagem, a um motorista rodoviário se ele trabalhava em casa, ou a um guarda de parque se ele trabalhava num ambiente com ar condicionado.

Mas a constituição de questões-filtro era difícil de se cogitar por duas razões: por um lado, tais questões diriam respeito, muito provavelmente, à profissão exercida, e nenhum pesquisador conhece suficientemente bem o código das profissões para poder, por conta própria, proceder a todos os agrupamentos. Por outro lado, não era desejável decretar previamente que, por exemplo, as questões relativas à carga física, às pressões de cadência, aos riscos no trabalho concerniam quase que exclusivamente aos operários, e que seria inútil colocar estas questões para as outras categorias. A primeira pesquisa devia permitir confirmar ou invalidar esta hipótese, e se decidir, com todo o conhecimento de causa, para as pesquisas subseqüentes. Na prática, agora que se dispõe dos resultados, ainda é difícil avaliar se a escolha de populações-alvo seria preferível ou não; com efeito, é fato que certos constrangimentos ou situações nocivas concernem sobretudo ao trabalho dos operários — mas não se pode afirmar que eles sejam absolutamente os únicos: encontra-se sempre, entre os empregados, o pessoal do setor serviços, as enfermeiras, e até mesmo os técnicos, uma parcela não desprezível de trabalhadores cuja situação, por um ou por outro aspecto, aproxima-se da dos operários.

Em definitivo, as "filtragens" foram, portanto, limitadas às necessidades colocadas pela lógica interna dos questionários: somente os assalariados, com trabalho repetitivo, respondem à pergunta sobre tempos de ciclo, e apenas aqueles que utilizam tal material respondem às perguntas sobre as condições de utilização, etc.

3. Exemplos de Perguntas, Exemplos de Resultados

3.1. O Tempo de Trabalho

Esta parte da pesquisa leva em conta a existência, dentro do aparelho estatístico francês, de fontes importantes de dados sobre a duração do trabalho, e de avaliações periódicas do número de trabalhadores em turno. As perguntas a serem feitas neste campo visam, portanto, repertoriar aspectos muito concretos do tempo de trabalho em sua repartição cotidiana e semanal. Um destes aspectos é a regularidade dos horários. O questionário se interessa pela rigidez dos horários, pela sua alternância, ou por outras formas possíveis de irregularidade.

Em seguida, estuda-se: limitando-as a um dia como referência, as horas de início e fim do trabalho; e, além disso, o número de dias trabalhados, a existência ou não de dois dias de repouso consecutivos, o trabalho do sábado, do domingo, da quarta-feira (que é, na França, um dia de descanso escolar, total ou parcial).

Uma questão particular diz respeito ao trabalho noturno, adotando uma definição bastante restritiva, que visa ao período compreendido entre meia-noite e cinco horas da manhã. Essa definição não é adotada em diversas medidas regulamentares do Código do Trabalho francês, mas ela corresponde

ao que os fisiologistas concordam em considerar como o período essencial para um sono de boa qualidade.

Que tipos de resultados estas questões forneceram? Daremos alguns exemplos, limitando-nos aos dados de 1978 e 84, pois, como já dissemos, os resultados de 1991 estão sendo elaborados.

O primeiro fenômeno importante é uma diminuição das jornadas de trabalho.¹ A proporção de assalariados que começava a trabalhar entre 7 horas e menos de 8 horas da manhã diminuiu sensivelmente entre 1978 e 1984: de 29% a 23%, aproximadamente. Há, portanto, menos assalariados que começam cedo suas jornadas de trabalho. Há, igualmente, menos assalariados que terminam tarde. A proporção de assalariados terminando sua jornada entre 14h e menos de 17h 30 min aumentou de 33% para 39%. A diminuição das jornadas de trabalho também tomou a forma de um encurtamento das horas de almoço. A porcentagem de assalariados que têm menos de meia hora ou menos de uma hora de almoço aumentou.

A outra grande evolução no tempo de trabalho nestes últimos anos (além da "diminuição" da qual acabamos de falar), é o que podemos chamar um movimento geral de "desestabilização" dos horários. No conjunto dos assalariados, a proporção dos que têm o mesmo horário todos os dias diminuiu visivelmente de 65% para 59% entre 1978 e 84. E há grandes chances de que essa evolução tenha continuado mais recentemente. Essa evolução tocou, particularmente, as categorias de média gerência ou de empregados. Ela ocorre menos entre os operários sem, no entanto, ser negligenciável.

Quando se fala em horários instáveis pensa-se, inicialmente, nos sistemas de alternância, em equipes sucessivas: 2x8, 3x8, etc. O que as entrevistas mostraram é que, na realidade, os horários irregulares concernem a uma população bem mais vasta que a dos trabalhadores com turnos alternados. Havia perto de 5% de assalariados em turno, em duas equipes alternadas, e 3% de trabalhadores em turnos, em três equipes ou mais. Essas proporções permaneceram sem mudança entre as duas datas da pesquisa (provavelmente elas baixaram até 1981 ou 82, e em seguida voltaram a subir). Enquanto, por outro lado, as fórmulas de horários "variáveis segundo os dias, mas fixados pela empresa", dizem respeito a uma população muito mais vasta, e em expansão — 15% dos assalariados em 1978, 17% em 84. A irregularidade dos horários, com as conseqüências que ela pode trazer (horas de trabalho freqüentemente matinais, ou tardias, ou noturnas, organização complicada da vida fora do trabalho, etc.) é um fenômeno que não se reduz aos sistemas de alternância.

Portanto, não é surpreendente constatar globalmente uma expansão do trabalho noturno(*) e, em particular, da proporção de assalariados trabalhando mais de 100 noites por ano. Essa proporção quase dobrou, entre os homens, entre 78 e 84. Entre as mulheres, em razão das disposições regulamentares e dos setores em que elas estão empregadas, o trabalho noturno é menos difundido (ele concerne principalmente ao pessoal dos hospitais), mas também está em progresso.

3.2. As Técnicas e a Organização do Trabalho

Uma das principais questões sobre a qual, desde o início, a estatística sobre as condições de trabalho devia trazer informação, era a amplitude do trabalho repetitivo parcelado e a evolução desse tipo de trabalho.

Partiu-se, portanto, na pesquisa, de uma formulação habitualmente utilizada nas avaliações do número de trabalhadores em linha de montagem, avaliações feitas periodicamente pelo Ministério do Trabalho francês através de questionamento das empresas. Essa formulação é a seguinte: "Considera-se como trabalhando na linha de montagem todo assalariado que efetua, segundo uma cadência determinada, um trabalho repetitivo sobre um produto que, ou se desloca diante dele, ou é

1 Os comentários marcados com um asterisco correspondem a dados que figuram nos quadros e gráficos reunidos em anexo.

passado a ele pelo vizinho, sem que sejam constituídos entre eles "estoques-pulmão".

Esta definição é bastante clara e precisa mas, evidentemente, restritiva. Para melhor conhecer os postos com severas restrições de tempo de tipo *taylorista*, nos completamos a questão: "Você trabalha em linha de montagem?" por uma outra sobre as restrições de ritmo: "Seu ritmo de trabalho é imposto por ...?", seguida de uma lista de respostas possíveis, com possibilidade de respostas múltiplas. Na lista figuram, principalmente, o deslocamento de um produto ou de uma peça, a cadência automática de uma máquina, as normas de produção com prazos curtos, etc. Outras questões sobre a possibilidade de interromper ou não seu trabalho, ou sobre a repetitividade e o tempo de ciclo, completam essa descrição.

Essas poucas questões, regularmente retomadas nas pesquisas sobre condições de trabalho (em 1978, 84 e 91), foram, claro, amplamente completadas quando da pesquisa específica de 1987 sobre as técnicas e a organização do trabalho.

Por seu lado, a pesquisa "TOTTO" foi a ocasião de experimentar um grande número de novas questões, das quais algumas foram retomadas em seguida na pesquisa "condições de trabalho" de 1991. Vê-se, portanto, que os aspectos técnicos e organizacionais foram introduzidos, pouco a pouco, no conjunto de questões abordado nas pesquisas nacionais.

Esta pesquisa específica, batizada "TOTTO" ("técnicas e organização do trabalho dos trabalhadores ocupados") é composta por duas grandes partes:

- um conjunto de questões gerais sobre a organização do trabalho, a autonomia e a circulação das orientações, a intervenção em caso de incidente, etc.;
- uma série de perguntas sobre os equipamentos "modernos" utilizados (máquina de comando numérico, robô, computador, máquina de tratamento de texto...), em caso de resposta afirmativa sobre a utilização, com questões complementares sobre a duração do uso, as conseqüências eventuais em matéria de salário, a formação específica recebida pelo assalariado, e o interesse que representa o novo equipamento (qualidade, custo mínimo, velocidade, por exemplo).

Tudo isso coloca problemas metodológicos difíceis, para elaborar as perguntas e interpretar as respostas. Sem detalhar aqui todas as dificuldades, pode-se citar algumas a título de exemplo. Inicialmente, as respostas a todas essas questões dependem muito do grau de formalização que elas atingiram na empresa. As relações hierárquicas, a circulação das ordens, a margem de intervenção de cada um, são muito mais codificadas nos grandes estabelecimentos que nos pequenos, e as respostas são influenciadas por esta codificação mais ou menos forte.

Um caso típico: a resposta à questão "Você ocupa diferentes postos de trabalho?" é muito vaga no caso de pequenas e médias empresas, onde cada "posto de trabalho" consiste, freqüentemente, em efetuar várias tarefas diferentes. Isso se complica, ainda mais, se a pluralidade destas tarefas representa ou não uma qualificação maior, ou se essa pluralidade é recente ou antiga, e se ela já existia ou não quando o assalariado assumiu este posto.

Esses mesmos fatores de diversidade intervêm através de uma questão como: "As diretrizes fixam para você os objetivos a serem atingidos, ou também o modo de proceder?", ou então: "Você aplica rigorosamente as diretrizes?" Em muitos casos, o assalariado conhece seu trabalho, quase não recebe "diretrizes", e sua resposta a essas questões é, às vezes, delicada, sobretudo, porque as "diretrizes" podem ser dadas, muitas vezes, sob a forma de "conselhos", as relações de saber e poder, estando, assim, misturadas.

No que se refere à utilização dos equipamentos modernos, as questões parecem mais "objetivas". Entretanto, é preciso ser muito claro, na entrevista, sobre o que se considera "utilizar" um equipamento. Para certas pessoas o computador pode ser um parceiro de trabalho permanente e fundamental, sem que eles o toquem jamais. Uma outra dificuldade nasce do fato de que, apos

verificação, constata-se que os entrevistados superestimam seu tempo de uso, porque a primeira impressão que eles têm é, muitas vezes, que os equipamentos "modernos" ocupam um lugar importante no trabalho.

É bom guardar na memória essas diversas dificuldades de método, examinando agora alguns resultados em matéria de organização ou de técnicas de trabalho.

O primeiro indicador, graças ao qual se tentou apreender a pressão temporal no trabalho, foi a resposta às questões sobre a possibilidade de interromper o próprio trabalho. Observa-se uma proporção bastante elevada de assalariados que não podem interromper seu trabalho entre 20 e 40%, segundo as categorias. Mas, evidentemente, esta impossibilidade não tem o mesmo significado para um professor, por exemplo, e para um operário da linha de montagem. Para nos atermos aos operários, nota-se que a impossibilidade de interromper seu trabalho era menos freqüente em 84 do que em 78, mas que, em compensação, a necessidade de se fazer substituir em caso de interrupção permaneceu estável.

Para se examinar mais de perto as restrições de tempo, foram reunidas as respostas positivas a diversas questões: sobre o trabalho na linha de montagem, o deslocamento de uma peça, e sobre a cadência automática de uma máquina. As respostas positivas a pelo menos uma destas questões mostram que este tipo de restrição (batizada aqui de forma aproximativa "imposição do ritmo de tipo automático") diz respeito muito mais às mulheres operárias que aos operários(*). Globalmente, estas porcentagens estão em recuo, sobretudo por causa da diminuição relativa do número de operários na população assalariada. Para os próprios operários, este recuo é bastante fraco, e entre as mulheres operárias constata-se, ao contrário, uma progressão.

Essa diferença entre homens e mulheres, em todos os campos da sujeição às restrições de tempo muito rigorosas, é um resultado importante das pesquisas. A amplitude desta diferença surpreendeu, mas ela foi verificada em duas pesquisas e é encontrada em perguntas diversas, sobre o tempo de ciclo, por exemplo, ou sobre o respeito a prazos muito curtos, ou às normas quantitativas por hora de trabalho.

Esta pressão temporal se relaciona, também, às restrições do tipo disciplinar: por exemplo, a proibição de falar durante o trabalho é quase inteiramente reservada às mulheres operárias.

Como essas diversas formas de restrição evoluem? A idéia, segundo a qual um modelo dominante, caracterizado pelo trabalho na linha de montagem, estaria à beira de ser substituído por um outro modelo dominante, fundado sobre a automatização e a vigilância de instalação, não é confirmada pelas pesquisas. O trabalho na linha de montagem dizia respeito, em 1978, a uma proporção bem minoritária de operários homens, e aproximadamente a uma mulher, a cada cinco. Em 1984, as proporções eram praticamente as mesmas. Portanto, faz bastante tempo que o trabalho na linha de montagem não é o "modelo dominante", mas, em compensação, ele também não está em via de extinção.

Entretanto, novas formas de restrições temporais se desenvolvem (*). Elas estão ligadas mais diretamente à "demanda externa" (dos clientes da empresa). Esta questão sobre a demanda externa, destinada no início aos entrevistados que trabalhavam como vendedores, caixas, etc., se verifica, finalmente, pertinente a muitos operários, com uma progressão interessante, inclusive nos setores onde a grande empresa predomina. Dito de outra maneira, mesmo nestas grandes empresas, a organização do trabalho evolui, sem dúvida, de modo que a resposta às encomendas dos clientes seja a mais flexível possível, e esta flexibilidade pode se traduzir por variações de ritmo de trabalho para os operários.

Quanto ao "novo modelo", fundado sobre a modernização industrial, ele progride muito lentamente. Percebeu-se isso desde 1984. A pesquisa sobre condições de trabalho mostrava que os "cargos modernos" na indústria não eram, afinal, muito numerosos.

Poucos operários tinham, por função principal, a supervisão de máquinas ou instalações em funcionamento. Poucos operários utilizavam uma máquina com terminal de vídeo. Eram um pouco mais numerosos os que utilizavam uma máquina ou instalação inteiramente automatizada; mas isso não significa que eles a utilizavam constantemente, permanecendo importante, portanto, o recurso ao trabalho manual.

Com a pesquisa TOTTO, em 1987, soube-se muito mais coisas (*): 260 mil usuários de robôs, 150 mil usuários de máquinas-ferramentas com comando numérico; são números importantes, mas que representam apenas uma pequena minoria de cerca de 8 milhões de operários na França (sem falar dos técnicos e executivos, entre os quais alguns também utilizam esses equipamentos). A modernização industrial é, portanto, muito parcial, enquanto no setor terciário a informatização é, ao contrário, rápida: 4.5 milhões de usuários de computadores, por exemplo. Quem são esses usuários? Para o robô e a máquina-ferramenta com comando numérico são, essencialmente, os operários qualificados, principalmente os mais jovens, e sobretudo aqueles inseridos nas grandes empresas. Para o computador, a proporção de usuários é elevada entre os executivos, entre as pessoas com mais diplomas, e entre os jovens. Essa última constatação implica uma certa "exclusão" dos mais velhos, e esta exclusão representa uma importante preocupação (*): em um país como a França, onde se prevê um envelhecimento da população ativa nos próximos vinte anos, não será possível reservar aos jovens o acesso aos equipamentos modernos, cuja implantação poderia crescer rapidamente.

As formas de utilização do computador são diferentes, segundo as categorias sócio-profissionais. As categorias de execução (operários ou empregados) têm tempo de utilização cotidiana superior ao dos executivos. Mas eles têm, menos freqüentemente, a possibilidade de modificar a forma de digitar os dados, escolher o *software* ao programarem eles próprios, mesmo se lhes for possível a utilização de um microcomputador, melhor adaptado a estes tratamentos mais "flexíveis".

Essa relação entre margem de autonomia e categoria social é uma constatação mais geral (*). A escolha sobre a forma de fazer o trabalho, a possibilidade de se afastar das diretrizes são menos freqüentes entre os "assalariados de execução" que entre os executivos... mas, mesmo assim, bastante freqüentes, o que confirma, se isso ainda fosse necessário, o freqüente distanciamento entre trabalho prescrito e trabalho real. As diferenças entre executivos e "assalariados de execução" também são observadas nas restrições de tempo, ou na impossibilidade de trocar de trabalho com um colega.

Contudo, essas questões complexas sobre a margem de manobra deixada pela organização do trabalho podem dar lugar a um tratamento estatístico mais rico do que simples tabelas cruzadas. O artigo de Michel Gollac, que figura na bibliografia, apresenta os resultados de uma análise fatorial das correspondências múltiplas. Trata-se de uma técnica que não é de manejo fácil, mas ela oferece sobre este tipo de domínio uma informação original, estabelecendo, entre os postos de trabalho, proximidades e distâncias que não se imaginavam *a priori*. Seria difícil desenvolver aqui essa análise, mas me permito sugerir aos que se interessam por isso uma leitura deste artigo (Gollac, 1989b).

3.3. Caráter Penoso e Nocivo da Atividade e Riscos

Nesses campos, um rápido exame das questões colocadas na pesquisa sobre as condições de trabalho é suficiente para demonstrar que se busca a apreciação subjetiva do pesquisado. Apresentei algumas reflexões sobre a objetividade no começo deste texto, e não voltarei aqui aos detalhes. Mas tomemos, de todo modo, um exemplo. Em vez de perguntar ao entrevistado se ele deve "carregar ou deslocar cargas pesadas", poderia fixar um limite, perguntar-lhe se ele carrega ou transporta cargas de, digamos, 30 kg ou mais. Mas estamos seguros de que é preciso privilegiar desta forma a avaliação do peso (admitindo que o assalariado conheça)? Durante quanto tempo ele deve levantar essa carga? Quantas vezes? Em que posição? Ela é fácil de manejar? Ele está em boas condições para conservar seu equilíbrio? Carrega-se o peso sozinho? A carga é frágil? É imóvel (caso em que se deve levantar pessoas ou animais...)? Múltiplas são as questões que determinam a carga física.

Se nos detivermos ao peso em quilogramas, renunciemos a esta informação, e "fazemos de conta", entretanto, que fizemos uma pergunta objetiva. E é isto, sobretudo, que é preciso evitar. É por isto que uma pergunta bastante "subjéctiva" é, afinal, muito mais utilizável.

No caso do barulho, entretanto, procurou-se limitar um pouco essa parte de subjéctividade, precisando o nível de barulho de acordo com a possibilidade ou não de o operador ouvir uma pessoa que fale com ele. Essa formulação implicou instruir corretamente os pesquisadores, pois certos entrevistados podem responder espontaneamente que o barulho não os impede de ouvir... porque quando alguém fala com eles, eles se afastam das fontes de ruído, ou desligam uma máquina para ouvir o que lhes é dito. Evidentemente, essa interpretação da pergunta pelos entrevistados falsearia as respostas.

As questões sobre a temperatura voltam a uma apreciação geral: esta temperatura é muito elevada (ou muito baixa) "sempre", "freqüentemente", "raramente", ou "nunca". Há situações de trabalho em que a temperatura é, com freqüência, muito elevada e também muito baixa, o que obriga a colocação das duas questões, separadamente.

Para as apreciações sobre os efeitos nefastos em matéria de higiene ou, sobretudo, de riscos, o problema da subjéctividade se coloca de forma ainda mais delicada que nas questões precedentes. Com efeito, o risco pode ser muito mais real se sua existência é ignorada, uma vez que nada é feito para se proteger dele.

Tomemos o exemplo de um electricista da construção civil. Ele está acostumado a trabalhar com instalações elétricas, conhece os riscos de eletrocutagem. Portanto, responderá que sabe o que deve fazer para evitar ser eletrocutado. Mas, o pintor que trabalha no mesmo canteiro de obras, se não estiver suficientemente informado sobre os trabalhos das outras pessoas da obra (sobretudo dos electricistas), acreditará, talvez, que não corre nenhum risco de eletrocutagem — responderá "não" na entrevista e tomará poucas precauções contra isso, daí advindo um risco bem real.

Essa dificuldade importante na interpretação justificou a preparação e elaboração de uma pesquisa específica sobre os riscos profissionais. Essa pesquisa, batizada SUMER (Vigilância Médica dos Riscos), foi feita pela primeira vez, em 1986-87. Não daremos informações mais precisas sobre a metodologia ou sobre os resultados desta pesquisa, à medida que elas não se inspiram, de modo algum, nos mesmos princípios que as outras pesquisas apresentadas aqui. Com efeito, ela recorre à rede de médicos do trabalho e, sem dúvida, não é fácil concebê-la em países onde a medicina do trabalho é organizada muito diferentemente.

Vamos a alguns resultados das pesquisas "condições de trabalho", em matéria de risco ou caráter penoso eventualmente, existente nos postos de trabalho (*).

Constatou-se, assim, a importância da população que se declarou exposta à aspiração de pós. Este resultado foi interpretado pela CGT francesa (a maior confederação sindical e a que adota a orientação mais combativa), como uma confirmação da origem profissional de vários cânceres das vias respiratórias. Não me cabe julgar o fundamento dessa interpretação. Claro, o fato de "aspirar pós" não implica automaticamente uma superexposição aos riscos de tumor respiratório, e, portanto, não se pode dizer que 50% dos operários têm conhecimento desta situação de superexposição. Ao mesmo tempo, não se exclui que seja verdade para uma parte deles, cuja amplitude é difícil de avaliar.

O fato de que carregar objetos pesados diz respeito a muitos operários, e a proporção de operários envolvidos nessa tarefa está aumentando, o que implicou considerar relativas certas idéias sobre a automação e suas conseqüências. Lembremo-nos, inicialmente, da lentidão (relativa) do movimento de modernização industrial. E, por outro lado, sabe-se (ver, por exemplo, os trabalhos de F. Daniellou na França) que o emprego de máquinas ou instalações automatizadas não elimina, necessariamente, as manipulações penosas e, as vezes, torna-as necessárias (alimentação ou evacuação da máquina, mudança de ferramenta, manutenção, etc.).

Os problemas de ruído, calor, riscos de tombos, estão diminuindo, em parte por causa da diminuição dos efetivos nos setores mais expostos (a construção civil, por exemplo). Ao mesmo tempo, os problemas de postura, ou de exposição ao frio tenderam a se expandir. Chega-se, assim, a um balanço bastante contrastado, que, em todo caso, não nos permite pensar que as restrições ou os aspectos nocivos "tradicionais" do trabalho industrial estão em vias de desaparecimento.

Evidentemente, a pesquisa nos permitiu, além dessas constatações globais, estabelecer comparações entre os diferentes setores econômicos. Portanto, ela pode ser utilizada para estabelecer "perfis gerais de condições de trabalho" para cada setor.

Nota-se, enfim, que os fatores, implicando danos psíquicos, são levados em conta na pesquisa de 1991, mas os resultados desta pesquisa, como já foi dito, ainda não estão disponíveis.

4. Conclusão

O caráter necessariamente sumário das interrogações impede que se pretenda um conhecimento detalhado do assunto questionado. Por outro lado, a decisão de abordar temas tão diversos impede, evidentemente, a procura de uma homogeneidade interna no questionário, uma visão sintética das situações de trabalho. Em compensação, a consulta aos resultados se mostra freqüentemente frutífera, porque todas as respostas fornecidas são individualizadas, o que permite cruzá-las entre si e, portanto, abordar o problema crucial do acúmulo de diversas restrições ou aspectos nocivos e o de uma tipologia, em matéria de organização do trabalho. Também permite cruzá-los com as informações fundamentais fornecidas pela pesquisa-emprego, donde surge a possibilidade de efetuar comparações entre categorias sócio-profissionais, entre setores econômicos, entre homens e mulheres, franceses e estrangeiros, assalariados jovens e velhos, etc.

Notar, também, as comparações possíveis pela introdução de uma curta nomenclatura dos tipos de funções principalmente exercidas; este "tipo de tarefa" apareceu rapidamente como uma das determinantes essenciais da situação de trabalho; entre os operários, sobretudo, a amplitude das diversas restrições ou fatores nocivos no trabalho difere, sensivelmente, se eles efetuam a "fabricação" propriamente dita, a "manutenção", a "vigilância de máquinas em funcionamento", etc.

Entretanto, um questionário estatístico, construído sobre umas trinta questões fechadas, num campo tão rico e complexo quanto o das condições de trabalho, só pode ser redutor. Isso foi verificado, sobretudo, durante o teste do questionário. Visivelmente satisfeitos de serem entrevistados sobre um assunto que lhes tocava tão de perto, os assalariados ficavam tentados a dar, sobre cada aspecto do seu trabalho, explicações detalhadas, com gesticulações, e recorriam, freqüentemente, ao jargão da sua profissão. Em vista dessa abundância de informações, as trinta questões do questionário pareciam bastante pobres.

Um balanço rápido do interesse e das insuficiências da informação fornecida pela pesquisa remete, finalmente, às considerações das quais se falou no início deste texto: apreciar a utilidade da pesquisa independentemente de outras fontes de informações, qualitativas e quantitativas, já disponíveis ou não, seria um erro. Esta pesquisa foi produzida para fornecer dados, para a configuração de um quadro geral e não para se inserir numa problemática bem definida. Os usuários da pesquisa compreenderam isso muito bem, uma vez que escolhem recorrer aos resultados publicados, ou solicitam explorações mais detalhadas, para alimentar reflexões que recorrem amplamente, aliás, a outros tipos de conhecimento — direito do trabalho, ergonomia, sociologia, como exemplos — ou, simplesmente, para confrontações com exemplos concretos em tal ou qual empresa, mesmo com outros tipos de dados quantitativos: acidentes de trabalho, absenteísmo, *turn over*, resultados de pesquisas setoriais ou locais, etc.

Num campo tão complexo quanto o das condições de trabalho, esse recurso a várias disciplinas, simultaneamente, deveria ser tentado sempre que possível. É particularmente verdadeiro, no caso da estatística, da qual se espera freqüentemente que dê, a cada problema, respostas definitivas. Deveria, ao contrário, pensar sistematicamente nos modos de "alimentação" recíproca entre conhecimento

quantitativo e qualitativo. Isso supõe que não cabe só aos estatísticos definir os objetivos ou os métodos de coleta da informação quantitativa. Uma verdadeira reflexão coletiva deve possibilitar responder a questões como: sobre um assunto dado, a produção de dados estatísticos é desejável, é realmente de números que se necessita, e por quê? Essa produção é possível? Como e com quem realizar a coleta de informações? E, claro, qual o custo da operação?

Além dos métodos de preparação, é o próprio instrumento estatístico que se deve conceber de maneira tal que ele traga informações e ordens de grandeza úteis, mas sem encerrar o debate por meio de *ratios* "incontestáveis" ou "definitivos". As pesquisas francesas sobre as condições ou a organização do trabalho tinham, e continuam a ter, uma perspectiva de articulação com os estudos não estatísticos.

Há quase treze anos que essas pesquisas são elaboradas e a reflexão se enriquece continuamente. Evidentemente sua transposição pura e simples para outro país não é factível. O intercâmbio de experiências que o seminário "metodologias para levantamento quantitativo sobre difusão das novas tecnologias no processo de trabalho"² permitirá ou deverá, de todo modo, indicar o interesse e a viabilidade de operações análogas no Brasil.

Além das pesquisas sobre as condições e a organização do trabalho, que foram objeto do presente texto, a França conta com diversos outros instrumentos estatísticos sobre o trabalho, cuja enumeração seria útil:

- as pesquisas trimestrais sobre a "Atividade e as Condições de Emprego da Mão-de-Obra" (chamadas "pesquisas ACEMO") são feitas, a cada trimestre, pelo Ministério do Trabalho junto a uma amostragem de 60 mil estabelecimentos de dez assalariados ou mais, no setor privado. Os resultados principais dizem respeito ao emprego e aos salários (campos que deixamos de lado nesta enumeração), mas também, para o que nos diz respeito, a duração semanal do trabalho, oferecida no estabelecimento;
- complementos periódicos destas pesquisas ACEMO, sempre por interrogação dos estabelecimentos, trazem avaliações sobre diversos aspectos dos horários de trabalho: trabalhos em turnos, duração anual do trabalho, feriados, etc. No passado, certas pesquisas complementares também permitiam avaliar o número de trabalhadores em linha de montagem, mas esta avaliação foi abandonada, atualmente, porque as pesquisas sobre as condições de trabalho tratam esse problema de forma mais precisa;
- os fundos de previdência social (*Caisses de Sécurité Sociale*) apresentam, cada ano, um balanço detalhado dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais;
- a pesquisa SUMER (Vigilância Médica dos Riscos), efetuada pela primeira vez em 1986-87, permitiu reunir 50 mil fichas, cada uma correspondendo a um assalariado escolhido por sorteio, entre a população atendida por 600 médicos do trabalho, voluntários para efetuar esta operação. Cada ficha inventaria os riscos (químicos, físicos, infecciosos ou outros) aos quais se expõem os assalariados da amostragem, de acordo com a opinião do médico do trabalho e seu conhecimento do posto;
- várias pesquisas sobre as condições de trabalho de populações particulares foram efetuadas nestes últimos anos: sobre as mulheres grávidas (com informações sobre o desenvolvimento da gravidez e do parto), sobre os motoristas rodoviários (com um boletim de anotação de tempo detalhado), sobre os assalariados que trabalham com terminais de vídeo (com um balanço de seus eventuais problemas de saúde), etc.;

2 Realizado pelo IPEA em Brasília nos dias 22 e 23 de outubro de 1991.

-
- uma pesquisa, chamada ESTEV (Saúde, Trabalho e Envelhecimento) esta sendo realizada. Ela reúne 22 mil questionários de assalariados nascidos em 1938, 1943, 1948, e 1953, com uma investigação detalhada das suas condições de trabalho e do seu estado de saúde, efetuada por cerca de 400 médicos do trabalho. Esses assalariados foram entrevistados em 1990, e serão revisitados, segundo um protocolo análogo, em 95.

Enfim, questões sobre o trabalho, atual ou passado, podem ser periodicamente introduzidas nas pesquisas do INSEE sobre a saúde ou sobre as condições de vida.³

³ Tradução de Thais Juarez e Cândido Guerra Ferreira. Revisão técnica de Helena Hirata.

**Anexo
Tabelas**

**Hora de Início de Trabalho dos Assalariados, por Sexo,
em 1978 e 1984 (em %)**

	Homens		Mulheres		Total	
	1978	1984	1978	1984	1978	1984
Antes das 7:00	12.4	11.8	6.4	6.0	10.0	9.4
De 7 às 7:59	35.5	16.8	20.0	17.2	29.4	23.3
De 8 às 9:30	42.0	48.4	60.3	61.9	49.3	54.1
Depois das 9:30	10.1	10.8	12.0	15.2	11.0	12.7
Total (incluindo não declarados)	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

**Horas de Encerramento do Trabalho dos Assalariados, por Sexo,
em 1978 e 1984 (em %)**

Hora de encerra- mento do trabalho	Homens		Mulheres		Total	
	1978	1984	1978	1984	1978	1984
Antes de 14:00	9.7	11.7	9.7	11.0	9.6	11.4
De 14 às 17:30	30.6	37.6	35.9	41.9	32.7	39.4
De 17 às 17:59	14.4	13.6	12.5	11.6	13.7	12.9
De 18 às 18:59	26.9	19.2	22.3	16.9	25.1	18.2
Após 19:00	18.2	17.2	19.0	17.9	18.5	17.5
Total (incluindo não declarados)	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Classificação dos Assalariados por Tipo de Horário
(1ª linha = 1978; 2ª linha = 1984)

	Mesmo horário todos os dias	Alternado		Total	Dias variáveis fixados pela empresa	A la carte	Livre	Total (incluindo não declarados)
		2 equipes	3 ou + equipes					
Trabalhadores agrícolas	70.8	0.4	0	0.4	14.5	0.7	11.2	100.0
	70.1	0.4	0.8	1.2	13.3	2.0	13.0	100.0
Altos executivos	44.1	0.4	0.1	0.5	23.7	3.2	27.8	100.0
	37.2	0.1	0.2	0.3	17.1	8.5	36.4	100.0
Gerência média	61.3	2.2	1.1	3.3	17.3	4.4	13.1	100.0
	51.5	2.3	1.3	4.6	21.2	7.4	15.7	100.0
Mensalistas	74.2	2.0	0.9	1.1	10.3	5.9	6.1	100.0
	65.0	2.4	0.8	3.2	13.4	10.5	7.3	100.0
Operários	68.7	9.5	5.3	14.8	11.2	1.2	3.3	100.0
	65.4	9.5	5.4	14.9	12.5	2.5	4.1	100.0
Pessoal de serviços	60.4	4.5	1.9	6.4	23.2	0.6	8.3	100.0
	55.8	5.8	1.8	8.7	26.9	1.2	7.5	100.0
Outros	44.6	0.7	5.2	5.9	35.6	3.1	9.5	100.0
	33.1	2.9	7.3	10.3	45.5	0.6	9.6	100.0
Total	65.3	5.2	2.9	8.1	14.6	2.9	8.4	100.0
	58.7	5.1	2.8	7.9	16.8	5.7	10.4	100.0
Efetivos (n.absoluto)	11 425	977	502	1 419	2 550	502	1 474	17 491
	10 333	891	491	1 382	2 957	996	1 835	17 602

Proporção de Operários Trabalhando em Linha (Nomenclatura CSP = Categoria Sócio-Profissional)

	Homens	Mulheres	Total
1978	4,5	18,1	7,6
1984	4,3	18,4	7,1

**Porcentagem de Operários cujo Ritmo de Trabalho é Imposto por
Demanda Externa (Clientes, Público, Etc.)**

	1978	1984
Conjunto dos operários (CSP)	23,4	26,0
operários homens	25,4	28,7
operárias	14,9	15,1
Em alguns setores industriais		
Ind. carne e leite	15,7	23,1
Minerais, metais e não ferrosos	2,7	15,7
Química de base, fibras art& sint	12,5	19,6
Construção eletroeletrônica	10,2	18,6
Naval, aeronáutica, armamento	9,0	15,1

**Evolução da Proporção de Assalariados Submetidos a Ritmo Imposto
Automaticamente**

Categorias sócio- profissionais (AN)	Homens		Mulheres		Total	
	1978	1984	1978	1984	1978	1984
Operários, com repetitividade	14,3	13,1	28,6	29,3	17,6	16,3
	9,3	9,0	25,2	26,7	12,9	12,5
Empregados	3,3	3,2	2,1	1,2	2,5	1,8
Total	8,4	7,4	8,1	5,9	8,3	6,8

Utilização de Alguns Equipamentos Modernos

	Número de utilizadores	Ao menos 1 hora/dia em média	Ao menos 3 horas/dia em média
Maq.Ferramenta CNC	150.000	110.000	80.000
Robôs, manipuladores	260.000	180.000	120.000
Vídeo	840.000	250.000	140.000
Minitel	2.430.000	380.000	50.000
Editoração de texto	960.000	500.000	240.000
Computador genérico	4.540.000	2.940.000	1.540.000

Autonomia Reduzida nos Trabalhos de Execução

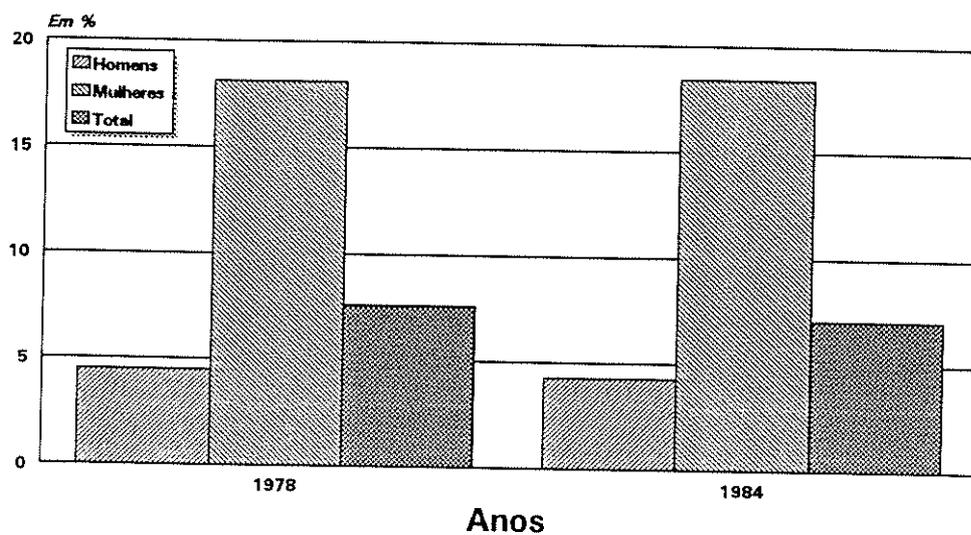
Porcentagens de assalariados nos casos seguintes	Executivos Profissões intermédias	Executivos	Profissões intermédias	Assalariados de execução	Manuseante	Operários qualificados	Operários não-qualificados	Total
Os superiores fixam apenas o objetivo do trabalho	92	96	90	72	17	76	55	78
Ade às vezes ou com frequência frequentemente das diretrizes	12	19	10	48	51	54	34	56
Quilómetros fixada pela máquina ou norma ou prazo <= 1 dia	14	9	16	30	19	38	44	25
Normas ou prazos > 1 dia	24	29	22	9	8	13	7	14
Nem normas nem prazos precisos	62	62	61	61	73	49	50	61
Normas de qualidade quantitativas precisas	15	13	16	13	5	23	18	14
Intercâmbio de trabalho com um colega								
livre ou basta informar chefe	51	41	55	50	50	53	43	50
proibido, ou necessário autorização do chefe	18	14	19	28	24	29	35	24
sem objeto, sem resposta	31	44	26	23	26	18	22	26
Horário de trabalho variável determinado pelo assalariado	22	37	16	4	5	4	3	10

**Usuários de Equipamento Eletrônico, Segundo as Categorias Sócio-Demográficas
% de Usuários**

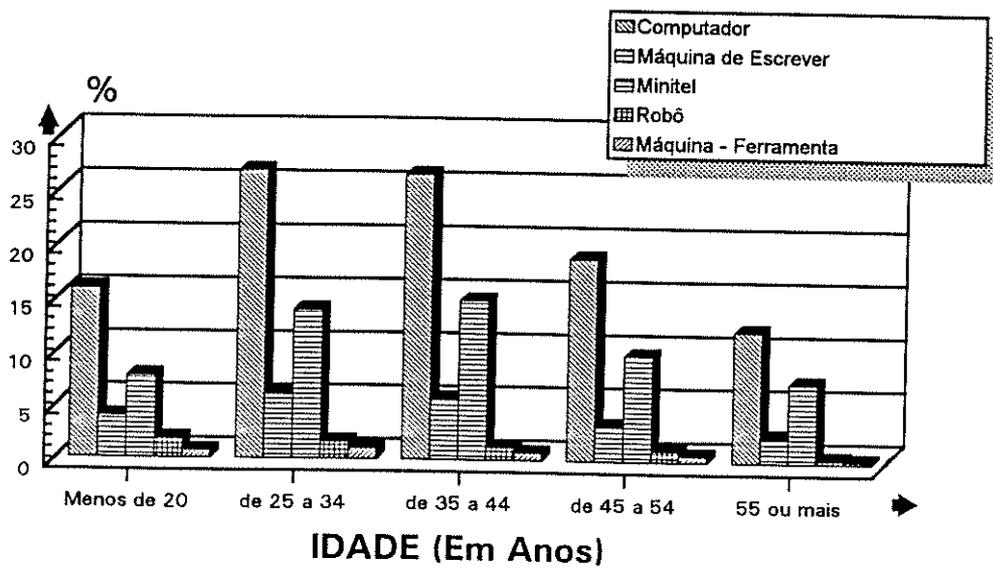
	Computador	Máquina de tratamento de texto	Minitel	Robô	Máq.-ferramenta
Ativos tendo um emprego	22.7	4.8	12.1	1.3	0.7
Patrões	6.7	1.3	13.7	0.4	0.1
Executivos	45.9	11.9	30.9	0.6	0.3
Profissionais intermediários	36.4	6.5	17.4	1.3	0.8
Empregados	27.5	6.9	13.0	0.4	
Operários qualificados	7.1	0.5	1.9	2.8	2.2
Operários não-qualificados	3.1	0.1	0.7	2.1	1.0
Menos de 25 anos	15.8	3.9	7.7	1.8	0.7
de 25 a 34 anos	26.9	6.0	13.9	1.6	1.0
de 35 a 44 anos	26.6	5.7	14.9	1.2	0.7
de 45 a 54 anos	18.9	3.3	9.9	1.0	0.6
de 55 ou mais anos	12.2	2.4	7.4	0.4	0.2
Na empresa antes de 1970		4.5	11.7	1.2	0.7
Entre 1970 e 1979	24.6	5.0	12.2	1.3	0.9
Entre 1980 e 1984	21.8	5.0	12.6	1.2	0.7
Depois de 1985	16.9	4.6	11.8	1.4	0.7
Diploma superior	41.0	9.9	22.8	1.0	0.2
Secundário	42.8	9.0	23.7	0.8	0.5
BEOC ou equivalente	30.4	7.2	16.5	1.1	0.6
CAP ou equivalente	17.0	2.9	8.1	1.8	1.5
Primário	11.4	1.8	5.7	1.0	0.7
Nenhum diploma declarado	7.7	1.4	4.1	1.6	0.7
Assalariados do estado	30.9	6.7	15.2	0.9	0.4
Ass.de coletividades locais	12.3	2.7	6.1	0.4	
Trab.empresas públicas	50.8	8.7	20.0	1.5	0.7
Trab.empresas privadas					
Mil ou + trab.	37.2	6.8	13.0	3.7	1.6
de 100 a 999	25.4	5.1	9.8	2.2	1.4
de 6 a 99	18.6	4.4	12.2	1.5	1.2
de 1 a 5	10.5	3.1	12.4	0.5	0.5
Sem tamanho declarado	14.2	3.3	11.1	0.6	0.4

Proporção de Operários Trabalhando em Linha

(Nomenclatura CSP = Categoria Sócio -Profissional)



% de Utilização de Alguns Equipamentos de Informática
por Idade



Bibliografia

RESULTADOS DETALHADOS DAS PESQUISAS

BULLETIN Mensuel des Statistiques du Travail. Paris, Ministère du Travail, Suppl. n° 71, 1979. 147p.

BULLETIN Mensuel des Statistiques du Travail. Paris, Ministère du Travail, Suppl. n° 84, 1980. 147p.

DOSSIERS Statistiques du Travail et de l'Emploi. Paris Ministère du Travail, n° 17, nov. 1985. 74p.

DOSSIERS Statistiques du Travail et de l'Emploi. Paris Ministère du Travail, n° 20 avr. 1986. 90p.

. Os resultados detalhados da pesquisa TOTTO (1987) estão atualmente sendo publicados

TEXTOS DE CARÁTER METODOLÓGICO

COMBESSIE, J. C. - *Enquête sur la signification des réponses recueillies à certaines questions de enquête TOTTO*. Paris: Ministère du Travail et Centre de Sociologie de l'Education et de la Culture, 1989. 207p + Synthèse de 20p.

MOLINIÉ, A. F.; VOLKOFF, S. - Quantifier les conditions de travail. *Travail et Emploi*, n° 11, 1932

VOLKOFF, S. - L'évaluation des risques professionnels par voie d'enquête. *CFDT Aujourd'hui*. n° 95, 1990

ARTIGOS SOBRE O TEMPO DE TRABALHO

BUÉ, J.; CRISTOFARI, M. F. - Contraintes et rythme de travail des salariés à temps partiel. *Travail et Emploi*, n° 27, 1986

MOLINIÉ, A. F.; VOLKOFF, S. - Horaires décalés et travail posté. *Travail et Emploi*, n° 3, 1980

ARTIGOS SOBRE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICAS DE TRABALHO

BUÉ, J. - Les différents formes de flexibilité. *Travail et Emploi*, n° 41, 1989

CRISTOFARI, M. F. - *Les conditions de travail des ouvrières: des différences qui perdurent*. Paris: Ministère de la Recherche, 1987. (Cahiers du Programme Mobilisateur T.E.T., n° 3)

GOLLAC, M. - Les dimensions de l'organisation du travail. *Economie et Statistique*, n° 224, 1989

GOLLAC, M. - La micro-informatique professionnelle: une révolution? *Travail et Emploi*, n° 35, 1988

GOLLAC, M. - L'ordinateur dans l'entreprise reste un outil de luxe. *Economie et Statistique*, n° 224, 1989

MOLINIÉ, A. F.; VOLKOFF, S. - La pression du travail. *Après-demain*, n° 260, 1984

VOLKOFF, S. - Flexibilités du travail ouvrier: une approche chiffrée. *Travail*, n° 12, 1987

VOLKOFF, S. - L'encadrement: de la catégorie statistique à la fonction exercée. *Economie et Statistique*, n° 204, 1987

ARTIGOS SOBRE OS FATORES NOCIVOS E COERCITIVOS DO TRABALHO

VOLKOFF, S. - *Conditions de travail et santé*. Paris: INSEE, 1987 (Données Sociales INSEE)

VOLKOFF, S. - Le travail après 50 ans: quelques chiffres et plusieurs inquiétudes. *Le Travail Humain*, v.52, n°2, 1989.



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)